

Prefeito ameaça judicializar Parque do Albardão

André Nicoletti, de Santa Vitória do Palmar, alega que moldes propostos para unidade de conservação são “tiro no escuro”

/ MEIO AMBIENTE

Jamil Aiquel

jamil@jcrs.com.br

A oficialização, na sexta-feira, da criação do Parque Nacional do Albardão, localizado em Santa Vitória do Palmar, Chuí e Rio Grande, reacendeu um debate sobre os limites entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico da região. Enquanto ambientalistas celebram a proteção da biodiversidade marinha e terrestre, lideranças políticas e setores produtivos expressam forte contrariedade.

Antes mesmo da publicação do decreto, o prefeito de Santa Vitória do Palmar, André Sellarayan Nicoletti, já estudava medidas judiciais. “Assim que tivermos conhecimento desse processo, vamos buscar uma tutela judicial para ver se a gente consegue barrar a criação do parque”, afirma.

Para o prefeito, a instituição da unidade de conservação nos moldes propostos pelo governo federal representa um tiro no escuro. Nicoletti comparou a situação à assinatura de um “cheque em branco”, já que as regras definitivas sobre o que será per-

mitido ou proibido no interior do parque só serão estabelecidas futuramente por um conselho gestor.

“É tudo meio às escuras. Se a gente soubesse que vai poder ter construção, hotel, restaurante... Mas o que a gente tem percebido, no contexto mais geral, é que, nesses parques, há mais uma limitação do que um estímulo ao turismo”, argumentou o chefe do Executivo municipal.

O principal receio da prefeitura abrange diversas atividades econômicas essenciais para o município. Nicoletti destaca a preocupação com o futuro dos pescadores locais, dos produtores rurais com propriedades no entorno e com o turismo *off-road*.

O município ostenta a maior extensão de praia contínua entre o Cassino e Santa Vitória do Palmar, atraindo um fluxo de veículos e visitantes que, segundo o prefeito, seria severamente prejudicado. Além disso, ele ressalva que o parque pode inviabilizar investimentos em energia eólica *offshore* e a produção de hidrogênio verde.

A insatisfação levou a uma manifestação oficial, enviada à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em 23 de dezembro

de 2025. No documento, a Procuradoria Geral do Município acusa as autoridades federais de ignorarem os apelos locais e repudia a “tentativa de impor ao território municipal uma unidade de conservação de elevada restrição sem a devida observância dos princípios da cooperação federativa”.

Nicoletti também denuncia falhas graves de transparência e participação popular no processo conduzido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O prefeito relatou que a audiência pública realizada na cidade ocorreu em um local pequeno, deixando centenas de moradores de fora, e que o processo chegou a tramitar em sigilo, impedindo o acesso do município aos autos. Como alternativa, a prefeitura havia sugerido que a faixa terrestre do Albardão fosse convertida em um parque municipal, restringindo a jurisdição federal à parte aquática, mas alega que foi ignorada pela União.

A disputa também envolve o governo estadual. Embora a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) reconheça a relevância ambiental da área e defenda a criação da Área de



DIOGO SANES/DIVULGAÇÃO/JC

Local abrangerá cerca de 1,59 milhão de hectares em mar e 21 mil em terra

Proteção Ambiental (APA), a pasta oficiou o Ministério do Meio Ambiente pedindo mudanças.

A secretaria estadual solicitou que o decreto federal assegure a manutenção de corredores de infraestrutura essenciais à mobilidade e ao planejamento energético, alertando que a região é estratégica para a transição energética nacional. A Sema também exigiu que a APA seja classificada como a única zona de amortecimento do Parque Nacional, evitando que o governo federal crie novas travas territoriais no futuro.

“A Sema afirma reconhecer

e apoiar a criação diante da relevância ambiental da área, sobretudo da APA, unidade de conservação de uso sustentável, capaz de conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, destaca que a Unidade de Conservação proposta está inserida em um território estratégico para o planejamento energético nacional e estadual, especialmente no contexto da transição energética, da diversificação da matriz e do desenvolvimento de projetos de geração de energia renovável”, diz o documento.

Incêndio na Associação Leopoldina Juvenil causa danos materiais

CLÁUDIO ISAÍAS/ESPECIAL/JC



/ COTIDIANO

Em nota oficial, a Associação Leopoldina Juvenil informou que na manhã de sábado foi registrado um princípio de incêndio na área da sauna seca do prédio no bairro Moinhos de Vento, na Zona Norte de Porto Alegre. A ocorrência foi atendida pelo Corpo de Bombeiros, que extinguiu as chamas. Não houve feridos, e a situação resul-

tou apenas em danos materiais. As causas do incêndio ainda não foram identificadas. O acesso à sede do clube pela Marquês do Herval e Félix da Cunha está retomado, com bloqueio apenas nos andares do prédio em que houve o incêndio. Os jogos do torneio de Tênis Brasil Juniors Cup, que ocorrem no local, foram retomados no decorrer do dia, exceto nas quadras 1 e 2, que seguem bloqueadas.

Semana terá volta gradual da chuva e risco de temporais

/ CLIMA

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

Após um fim de semana marcado por sol entre nuvens e calor em grande parte do Rio Grande do Sul, a semana que começa nesta segunda-feira deve apresentar aumento da umidade e maior frequência de pancadas de chuva no Estado. A avaliação é da meteorologista Estael Sias, da Met-Sul Meteorologia, em entrevista ao Jornal do Comércio.

Em Porto Alegre e região, a segunda-feira deve ter condições semelhantes às observadas no domingo, com sol entre nuvens e possibilidade apenas de chuva isolada. Na terça-feira, a instabilidade aumenta e há chance maior de pancadas ao longo do dia. Já na quarta e na quinta-feira, o cenário volta a ser de sol com muitas nuvens e variação de nebulosidade. A sexta-feira deve marcar o início de um período mais instá-

vel, com previsão de chuva desde as primeiras horas na Capital e na Grande Porto Alegre.

No restante do Rio Grande do Sul, o comportamento do tempo será distinto entre as regiões. Na metade Norte do Estado, a tendência é de pancadas de chuva principalmente nesta segunda e na terça-feira. As precipitações devem ocorrer, em geral, entre a tarde e a noite, após períodos de sol e presença de nuvens desde a manhã. Na quarta-feira, a chuva tende a ocorrer de forma mais irregular.

Já na metade Sul, incluindo a Campanha e áreas próximas à fronteira com o Uruguai, o tempo deve permanecer mais estável, com predomínio de sol e ausência de chuva até pelo menos quinta-feira.

Segundo Estael Sias, a sequência de dias com precipitação, ainda que sem volumes elevados na maioria das regiões, pode trazer benefícios para o setor agrícola. “A tendência de pancadas de

chuva ao longo da semana traz boas notícias para as lavouras, porque a continuidade das precipitações ajuda a repor a umidade do solo”, afirmou.

A meteorologista explica que a chuva deve ocorrer de forma gradual e persistente, contribuindo também para a recuperação de mananciais que apresentam níveis baixos em diversas localidades. Apesar disso, o volume previsto não deve ser suficiente para reverter rapidamente o quadro de estiagem registrado em algumas áreas do Estado, onde municípios já decretaram situação de emergência.

A previsão indica ainda que uma instabilidade mais ampla deve avançar sobre o território gaúcho entre sexta-feira e sábado, aumentando a área de chuva e trazendo risco de temporais isolados em diferentes regiões. O cenário reforça a expectativa de uma semana com maior umidade e variabilidade do tempo no Estado.